

----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e doze. -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município e Sala das Sessões, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, António Guilherme Sá de Moraes Machado e dos Excelentíssimos vereadores João Manuel dos Santos Henriques, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, António Joaquim Pimentel, e Fernando José Bártolo e comigo António Luís Moreira, Chefe da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, foi deliberado justificar a falta de comparência do vereador Armando Pacheco, proceder de seguida à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

- **O BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia vinte e um de maio. Verificou-se um total de disponibilidades no valor de um milhão, duzentos e dez mil, trezentos e vinte e nove euros e vinte e cinco cêntimos(€1,210,329,25). -----

\*\*\*\*\*

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Pelos vereadores eleitos pelo partido socialista foi apresenta uma intervenção escrita, cujo teor se transcreve: -----

----- *“Sobre o assunto apresentado ao Executivo pelo Sr. Prof. Ilídio Rito, relacionado com a construção de um muro em Bruçó, informa a técnica e bem, que o mesmo se encontra construído em terreno do requerente, legalmente, mas não informa tudo. -----*

----- *Chegou ao nosso conhecimento que, no espaço particular*

*agora vedado com muros e portão, passa uma pequena linha de água, actualmente em manilhas. -----*

*----- O referido espaço, era serventia e passagem para outras pessoas, que podiam efectuar a rega utilizando a citada linha de água e outras tarefas agrícolas em prédios contíguos, estando agora, com a construção do muro, impedidas de o fazer. -----*

*----- Entendemos nós que a Câmara não devia emitir licenças de construção de muros, sem primeiro averiguar se a mesma não vai retirar a terceiros, direitos adquiridos. -----*

*----- Sendo assim, permitimo-nos sugerir à Câmara, que ordene aos serviços de fiscalização o contacto de pessoas idosas e idóneas nessa freguesia, que poderão confirmar o que aqui descrevemos. -----*

*Os vereadores do PS" -----*

## **ORDEM DO DIA**

**----- 1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08/05/2012:** - Foi presente a ata da última reunião ordinária realizada no dia oito de maio de dois mil e doze, cuja fotocópia, foi previamente distribuída a todos os membros do Executivo. -----

**-----** Colocada à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do vereador Fernando Meira por não ter estado presente na referida reunião. -----

### **2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO.**

**----- 2.1. EDUARDA AMÉLIA FALCÃO CONDE – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA TRANSFORMAÇÃO DE FRUTOS SECOS DE CASCA RIJA. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO:** - Foi presente a informação da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo, com o número 282, datada de onze de maio de dois mil e doze, respeitante a uma operação urbanística de licenciamento de

obras de construção de um edifício para transformação de frutos secos de casca rija, situada na Malhadinha, em Peredo de Bemposta. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e tendo por base a informação supra identificada deliberou, por unanimidade, deferir o pedido desde que o requerente, durante o período de audiência do interessado se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à execução das infraestruturas, bem como os encargos do funcionamento por um período mínimo de dez (10) anos. -----

**----- 2.2. FERNANDO JOSÉ FERREIRA – INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE A VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO:**

- Foi presente a informação da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo, com o número 291, datada de dezoito de maio de dois mil e doze, referente a um pedido de informação prévia de viabilidade de construção de uma habitação unifamiliar em Cabeço de Eixe, em Mogadouro, solicitada pelo Sr. Fernando José Ferreira. -----

----- A Técnica refere que o pedido não põe em causa o cumprimento do definido no art.º 18.º do PDM, pelo que o mesmo poderá ser aprovado. -----

----- A Técnica refere ainda que o requerente deverá atender quanto às infraestruturas ao definido no art.º 17.º do PDM. -----

----- A Câmara, analisado o assunto, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à construção de uma habitação unifamiliar em Cabeço de Eixe, de acordo com a informação técnica.

**----- 2.3. FERNANDA MARIA LOUSAS FERNANDES – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO:**

- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, datada de dezassete de maio do dois mil e doze. -----

----- O Coordenador Técnico refere ter terminado em dezasseis de maio de dois mil e doze o prazo para apresentar reclamações, observações ou sugestões no âmbito do período de pronúncia sobre a alteração ao Alvará de Loteamento número 07/2005, lote 1, Loteamento da Martineta, solicitado por Fernanda Maria Lousas Fernandes e que durante esse período não deu entrada nenhum

requerimento sobre o assunto em apreciação. -----  
----- A Câmara, na sequência da informação supra referida deliberou, por unanimidade aprovar a alteração ao alvará de Alvará de Loteamento número 07/2005, lote 1 do Loteamento da Martineta, conforme solicitado pela requerente. -----

----- **2.4. MÁRIO DO NASCIMENTO NETO – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO DO CANTO:** - Foi presente um pedido apresentado pelo Sr. Mário do Nascimento Neto, a solicitar, na qualidade de proprietário de um terreno urbano, sito na Rua do Canto, em Mogadouro, com o artigo matricial n.º 1408, omissa na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro, a alteração ao loteamento, ao abrigo do n.º 8 do art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de trinta de março. -----

----- A Chefe da Unidade Orgânica de Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua informação com o número 283/2012, de catorze de maio refere que “o requerente pretende aumentar o número de fogos de um para dois em cada lote e a área de implantação aumentando em consequência a área de construção”. -----

----- A Chefe da Unidade Orgânica refere ainda que o pedido não põe em causa o COS e o IUS definidos nas alíneas c) e f) do Regulamento do PDM para o aglomerado Mogadouro e que de acordo com o definido no n.º 3 do art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, o gestor do procedimento deverá notificar os proprietários dos lotes constantes no alvará para pronúncia sobre a alteração. -----

----- **2.5. DEFERIMENTO DE PROCESSOS DE OBRAS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** - A Câmara tomou conhecimento dos processos de obras deferidos pelo vereador com competências delegadas durante o mês de abril de dois mil e doze:

Proc.º	REQUERENTE	LOCAL DA OBRA	DESTINO DA OBRA
14/11	Lúisa do Nascimento Fernandes	Mogadouro	Ampliação de habitação
99/11	José António Gaspar	Tó	Construção Nova
15/11	Herculina Augusta Sanches Ferreira	Peredo de Bemposta	Ampliação
26/12	Celestino Augusto Ferreira	Tó	Reconstrução
01/12	Diamantino Augusto Rodrigues	S. Martinho do Peso	Alteração

Proc.º	REQUERENTE	LOCAL DA OBRA	DESTINO DA OBRA
58/11	Luís Carlos Ruano Fernandes	Ventozelo	Construção nova
46/11	Evaristo Adérito Mendes	Ventozelo	Reconstrução

**----- 2.6. DEFERIMENTO DE EMISSÃO DE ALVARÁS DE UTILIZAÇÃO POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** - O Executivo tomou conhecimento dos alvarás de utilização deferidos pelo Vereador com competências delegadas durante o mês de abril de dois mil e doze: -----

Lic.ª	REQUERENTE	LOCAL DA OBRA	DESTINO
17/12	Luzia da Conceição Rodrigues	S. Martinho do Peso	Habitação familiar
18/12	Manuel António Cordeiro	Bemposta	Habitação familiar
19/12	Jaime dos Santos Gaspar	Tó	Habitação familiar
20/12	Ramiro Evangelista	Tó	Uso geral

**----- 3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITURA DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO (CONTADORES) – ADENDA AO CONTRATO N.º 09/2012 – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** - Foi presente uma informação da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, datada de dezasseis de maio de dois mil e doze à qual se encontra em anexo a minuta da adenda ao contrato número 09/2012, referente ao procedimento por ajuste direto de “Prestação de Serviços de Leitura dos Instrumentos de Medição (contadores), celebrado em dezassete de abril de dois mil e doze. -----

----- A Câmara, após análise da supra referida adenda deliberou, por unanimidade, aprová-la. -----

**----- 4. BAR E ESPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO PARA O ANO DE 2012 – APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL E NOMEAÇÃO DE JÚRI PARA ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTAS. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE CONTRATUALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO:** - Foi presente, em anexo à informação da Unidade Orgânica de Contratualização e

Património, a minuta do edital com vista à adjudicação do Bar e Esplanada das Piscinas Descobertas do Complexo Desportivo de Mogadouro. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do edital supra referido. -----

----- Foi ainda deliberado e designar os trabalhadores Maria José Miguel Lopes, António Luís Moreira e António Maria Afonso Loução como membros efetivos do júri e os trabalhadores Cláudia Sofia Cristina Guardado e Amélia da Conceição Ferreira, como membros suplentes. -----

**----- 5. REMODELAÇÃO DA FONTE SITA NA PRAÇA DUARTE PACHECO – RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PROPOSTAS – ADJUDICAÇÃO FINAL:**

- Foi presente o relatório elaborado pelos serviços, relativo ao procedimento por ajuste direto, nos termos do n.º 1 da alínea a) do art.º 20.º, conjugado com o s artigos 112.º a 127.º, do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e tendo em consideração o exposto no supra referido relatório deliberou, por unanimidade, adjudicar o serviço de “Remodelação da Fonte sita na Praça Duarte Pacheco” à empresa URBIÁGUA, Comércio e Montagem de Fontes, Lda., pelo montante de dez mil e seiscentos euros (€10.600,00) mais IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de vinte (20) dias. -----

**----- 6. CONCESSÃO DO DIREITO PÚBLICO DE EXPLORAÇÃO DE TRÊS ESPAÇOS NO NÚCLEO DE COZINHAS REGIONAIS – RELATÓRIO FINAL – ADJUDICAÇÃO FINAL:**

- Foi presente o relatório final referente ao concurso público por lotes para adjudicação da “concessão do direito público de exploração de três espaços no núcleo de cozinhas regionais” -----

----- A Câmara, analisado o assunto e uma vez decorrido o prazo concedido aos concorrentes, previsto no disposto no art.º 147.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, deliberou, por unanimidade adjudicar:

- LOTE 1 – DESERTO -----

- LOTE 2 – SABOMAT – Azeite e Derivados, S. A., pelo valor mensal de mil e vinte euros (€1.020,00), por um período de cinco

anos renovável por iguais períodos até ao limite máximo de trezentos (300) meses. -----

- LOTE 3 – SABOMAT – Azeite e Derivados, S. A., pelo valor mensal de mil e vinte euros (€1.020,00), por um período de cinco anos renovável por iguais períodos até ao limite máximo de trezentos (300) meses. -----

- **IMPEDIMENTOS**: O vereador António Pimentel não participou na discussão e votação deste ponto por ser familiar do sócio gerente da empresa adjudicatária. -----

**----- 7. BENEFICIAÇÃO DO FORNO COMUNITÁRIO DE S. PEDRO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS MUNICIPAIS:**

- Foi presente uma petição subscrita por alguns moradores, residentes no lugar de S. Pedro, freguesia de Meirinhos, a solicitar a execução de obras de beneficiação do forno comunitário existente naquela localidade, dado o mesmo, segundo os peticionários, se encontrar bastante degradado. -----

----- A Câmara analisado o assunto e tendo em conta a informação da Unidade Orgânica de Obras Municipais, com o número 64/2012, de 13 de abril, deliberou, por unanimidade, aprovar a execução, por administração direta, das obras propostas pelo chefe da Unidade Orgânica de Obras Municipais, estimadas em cinco mil, quinhentos e vinte euros (€5.520,00). -----

**----- 8. OBRAS DE REPARAÇÃO DE DOIS TANQUES DA ETAR SUL – CONTA FINAL. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS MUNICIPAIS:**

- A Câmara, na sequência da informação da Unidade de Obras Municipais, com o número 83/2012, de 3 de maio deliberou, por unanimidade, homologar a conta final da obra de “reparação de dois tanques da ETAR Sul”, no total de nove mil trezentos e quarenta e dois euros (€9. 342,00). -----

**----- 9. ESTUDO HIDROLÓGICO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA RIBEIRA DE S. MARTINHO DO PESO – SUSPENSÃO DOS TRABALHOS PELO EMPREITEIRO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS MUNICIPAIS:**

- Foi presente a informação com o número 77/2012, da Unidade Orgânica de Obras Municipais. -----

----- O Chefe da Unidade Orgânica refere que no exercício do controlo de acompanhamento da obra da empreitada do “Estudo Hidrológico e Recuperação Ambiental da Ribeira de S. Martinho do

Peso” se constatou, através de visitas regulares a ausência de trabalhadores e dos seus representantes legais em obra, sem que deste facto tenha sido dado conhecimento prévio ou se tenha verificado o cumprimento do estabelecido pelo n.º 4 do art.º 366.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, solicitar ao empreiteiro justificação dos motivos que o levaram ao abandono da obra. -----

**----- 10. ADÉLIA DA CONCEIÇÃO VICENTE FERREIRA – PEDIDO DE PAGAMENTO DE CONSUMO DE ÁGUA NO PRIMEIRO ESCALÃO E EM PRESTAÇÕES. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTO E AMBIENTE:**

- Foi presente a informação da Unidade Orgânica de Infraestruturas, Equipamentos e Ambiente,, datada de sete de maio de dois mil e doze respeitante a uma petição apresentada pela Sra. Adélia da Conceição Vicente Ferreira, na qual solicita autorização para proceder ao pagamento em várias prestações mensais da dívida referente ao consumo de mil (1.000) metros cúbicos de água.

----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, solicitar à Unidade Orgânica de Infraestruturas, Equipamentos e Ambiente informação sobre o montante em dívida e sobre os motivos que levaram a um consumo tão elevado. -----

**----- 11. DIA MUNDIAL DA CRIANÇA – APROVAÇÃO DE DESPESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO DE LEMBRANÇAS. INFORMAÇÃO DO SETOR DA EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, DESPORTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

- A Câmara, na sequência da informação do setor da Educação, Ação Social, Desporto e Formação Profissional, com o número quarenta e oito, datada de quinze de maio de dois mil e doze, deliberou, por unanimidade, aprovar a realização da despesa na importância de dois mil, novecentos e cinquenta euros (€2.950,00), acrescido do IVA à taxa legal em vigor relativa à contratação de uma empresa para instalação de insufláveis, à contratação de dois animadores de face e de dois modeladores de balões para estarem presentes na celebração do Dia Mundial da Criança. -----

**----- 12. ANA JOAQUINA CORDEIRO RODRIGUES – PEDIDO DE FORNECIMENTO DE ALMOÇOS NA CANTINA ESCOLAR: -**



Foi presente a informação do Setor da Educação, Ação Social, Desporto e Formação Profissional, com o número 47/12, datada de dez de maio de dois mil e doze, referente a uma petição apresentada pela Sra. Ana Joaquina Cordeiro Rodrigues, encarregada de educação das suas filhas, Ana Carolina Rodrigues Vaz e Maria Inês Rodrigues Vaz, a frequentarem a jardim-de-infância do Centro Escolar de Mogadouro. -----

----- A Requerente solicita a atribuição de almoço para as suas filhas, a título gratuito, na cantina do referido centro escolar. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e na sequência da informação supra identificada deliberou, por unanimidade, deferir o pedido e suportar os custos relativos ao fornecimento das refeições . -----

**----- 13. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA A ESCOLA BÁSICA DO 1.º CEB COM JARDIM-DE-INFÂNCIA DE MOGADOURO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE ELETROTECNIA, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES:**

- A Câmara, na sequência da informação da Unidade Orgânica de Informática e Comunicações, com o número 69/2012, datada de dezasseis de abril de dois mil e doze, deliberou, por unanimidade, aprovar o caderno de encargos, e proceder ao ajuste direto no montante estimado de vinte e um mil, cento e cinquenta euro (€21.150,00), com convite aos seguintes fornecedores: A Alcapon, Maracujá – Novas Tecnologias Unipessoal, Lda. e Mogabyte Informática. -----

----- Mais foi deliberado designar para júri do concurso os trabalhadores Hélder José Valdez Ferreira, Maria Olimpia Marcos, António Maria Loução, como membros efetivos e, como membros suplentes, Abel Afonso Varandas e Amélia da Conceição Ferreira. ---

**----- 14. MAIRIE DE GROSLAY – VAL D’ OISE – AGRADECIMENTO:**

- A Câmara tomou conhecimento do agradecimento apresentado pela Marie de Grosly- Val ‘ d’Oise relativo pelo acolhimento manifestado aquando da visita a Mogadouro. -----

----- Relativamente ao convite formulado a Câmara deliberou, por unanimidade, que a realização da visita àquela vila francesa será realizada durante o mês de setembro do presente ano em data a acordar oportunamente. -----

----- **15. UNIVERSIDADE DE COIMBRA – UNIVERSIDADE DE VERÃO 2012 – DESPESA COM ALOJAMENTO COM OS ALUNOS PARTICIPANTES:** - A Câmara, na sequência da comunicação oriunda da Universidade de Coimbra, com a referência S-001414/2012, datado de dezanove de janeiro de dois mil e doze deliberou, por unanimidade, aprovar a realização da despesa extraordinária no importância de noventa euros (€90,00) referente ao alojamento dos três alunos participantes no projeto “Universidade de Verão 2012”. -----

----- **16. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRIADORES DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA - CONCURSO NACIONAL DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA (2013 A 2012):** - A Câmara, analisada a proposta da Associação Nacional dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, datada de dezanove de janeiro de dois mil e doze, deliberou, por unanimidade, não aderir nem apoiar a com qualquer participação a realização do Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, por motivos de contenção financeira e uma vez que esta autarquia já apoia o Concurso Concelhio. -----

-----**17. CONCURSO CONCELHIO DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA – 2012 – APROVAÇÃO DE EDITAL E MONTANTE DA DESPESA DO EVENTO. INFORMAÇÃO DO CHEFE DE GABINETE DO SENHOR PRESIDENTE:** - Câmara analisado o edital relativo ao Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa, deliberou, por unanimidade, aprová-lo. -----  
----- Foi também deliberado, com a mesma votação, aprovar a despesa referente a realização do supra referido concurso, no montante de cinco mil euros (€5.000,00). -----

----- **18. JUNTA DE FREGUESIA DE URRÓS – PEDIDO DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE CORRIDA DE TOUROS 2012:**  
- Foi presente uma petição oriunda da Junta de Freguesia de Urrós, datada de quinze de abril de dois mil e doze, a solicitar o apoio do município, na realização da corrida de touros que aquela junta de freguesia pretende levar a efeito. -----  
----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do senhor Presidente e dos vereadores João Henriques, Teresa Neves e António Pimentel, com uma abstenção

do vereador João Meira e com um voto contra do vereador Fernando Bártolo, adquirir bilhetes até ao montante de dez mil euros (€10.000,00) para distribuição pelos idosos do concelho à semelhança dos anos anteriores. -----

----- O vereador Fernando Bártolo justificou a sua forma de votação por entender que para a realização de qualquer evento, devem os promotores do mesmo analisar os custos e proveitos antecipadamente e, se tiverem a certeza e que os proveitos são de modo que possam cobrir os custos, então aí tomam a decisão da sua realização. Caso contrário e, quanto tal não se verifique, não podem esperar que outros suportem os custos da realização do evento pedindo à Câmara que adquira bilhetes de modo a que sejam cobertos prejuízos antecipadamente previstos com essa mesma realização, como tem sido prática corrente ao longo de todos estes últimos anos. -----

-----Esta prática é um método indireto de a Câmara financiar a tourada, com o qual discordo. -----

----- **19. BELMIRO JOAQUIM MENDES FERREIRA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TERRENO EM CARDAL DO DOURO – DIREITO DE SUPERFÍCIE:** - Foi presente uma petição subscrita pelos Srs. Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Domingos António Mendes Ferreira, Teresa Paula Mendes Ferreira Freire e Manuel Sérgio Mendes Ferreira, datada de cinco de maio de dois mil e doze a solicitar a cedência do direito de superfície de um terreno, no lugar de Cardal do Douro, freguesia de Bemposta, por um período mínimo de vinte e cinco (25) anos, com vista à instalação de um equipamento destinado a fins turísticos. -----

----- A Câmara, deliberou, por unanimidade solicitar aos requerentes a identificação pormenorizada do terreno, com vista à reanálise do assunto em próxima reunião de Câmara. -----

----- **20. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOGADOURO – CONSTRUÇÃO DO NOVO LAR DE IDOSOS – INFORMAÇÃO SOBRE VALIDAÇÃO DAS DESPESAS APRESENTADAS – AUTO DE MEDIÇÃO N.º 5. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS. Para conhecimento:** - A Câmara tomou conhecimento do auto de vistoria e medição de trabalhos, com o número 5, relativo à empreitada da construção do Lar de Idosos da Santa

Casa da Misericórdia, no montante de trinta e nove mil, oitocentos e setenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos (€39.878.67). -----

----- **21. TRIBUNAL DE CONTAS – HOMOLOGAÇÃO DA CONTA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2007 – RECOMENDAÇÕES.** Para conhecimento: - A Câmara tomou conhecimento das recomendações constantes do ofício do Tribunal de Contas com o número 6813/12, de dezassete de abril de dois mil e doze. -----

----- **22. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP) – RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL.** Para conhecimento: - A Câmara tomou conhecimento do teor da resolução do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviada a este Município através da comunicação daquela instituição com a referência CIR\_59\_2012\_PB. -----

----- **23. RECUPERAÇÃO DA ZONA HISTÓRICA DA SEDE DO CONCELHO - 1.ª FASE – TRABALHOS A MAIS. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS MUNICIPAIS:** - Foi presente a informação da Unidade Orgânica de Obras Municipais, com o número 103/2012, de dezasseis de maio. ----- O Chefe da Unidade Orgânica refere que durante o decurso da empreitada se constatou a necessidade de proceder à realização de trabalhos cuja espécie não foi prevista no contrato e que são estritamente necessárias ao seu bom acabamento. ----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, aprovar a execução dos trabalhos a mais constante do mapa anexo à supra identificada informação, estimadas na importância de oitenta e três mil, oitocentos e oito euros e oito cêntimos (€83.808,08), acrescida de IVA à taxa legal em vigor as quais correspondem a quatro vírgula oitenta e cinco por cento (4,85) do valor do contrato inicial. -----

## **ASSUNTOS URGENTES DE DELIBERAÇÃO IMEDIATA**

----- Por se verificar a urgência de deliberação imediata foi deliberado, por unanimidade, e em cumprimento do estabelecido no

art.º 83.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, incluir nesta reunião os seguintes assuntos: -----

**----- 24. AÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MOGADOURO – 1.ª FASE E ARRANJO E REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE S. FRANCISCO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE CONTRATUALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO:** - Foi presente a minuta do contrato de financiamento reembolsável, bem como do anexo 1 – Ficha Técnica do Financiamento reembolsável; Anexo 2 – Simulação do Plano de Utilização e reembolso; Anexo 3 – Documentação de garantia, anexos à informação com o número 81, da Unidade Orgânica de Contratualização e Património, datada de dezoito e maio de dois mil e doze. -----

----- A Câmara, analisada a minuta supra mencionada deliberou, por unanimidade, aprová-la [e dar poderes ao senhor presidente para outorgar o respetivo contrato de financiamento. -----

**----- 25. AÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA VILA DE MOGADOURO 2.ª FASE – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE CONTRATUALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO:** - Foi presente a minuta do contrato de financiamento reembolsável, bem como do anexo 1 – Ficha Técnica do Financiamento reembolsável; Anexo 2 – Simulação do Plano de Utilização e reembolso; Anexo 3 – Documentação de garantia, anexos à informação com o número 80, da Unidade Orgânica de Contratualização e Património, datada de dezoito e maio de dois mil e doze. -----

----- A Câmara, analisada a minuta supra mencionada deliberou, por unanimidade, aprová-la [e dar poderes ao senhor presidente para outorgar o respetivo contrato de financiamento]. -----

**----- 26. NÚCLEO DE COZINHAS REGIONAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE CONTRATUALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO:** - Foi presente a minuta do contrato de financiamento reembolsável, bem como do anexo 1 – Ficha Técnica do Financiamento reembolsável; Anexo 2 – Simulação do Plano de Utilização e reembolso; Anexo 3 – Documentação de garantia,

anexos à informação com o número 78, da Unidade Orgânica de Contratualização e Património, datada de dezoito e maio de dois mil e doze. -----

----- A Câmara, analisada a minuta supra mencionada deliberou, por unanimidade, aprová-la [e dar poderes ao senhor presidente para outorgar o respetivo contrato de financiamento. -----

**----- 27. ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO SETOR NASCENTE – 1.ª FASE. – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE CONTRATUALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO:**

- Foi presente a minuta do contrato de financiamento reembolsável, bem como do anexo 1 – Ficha Técnica do Financiamento reembolsável; Anexo 2 – Simulação do Plano de Utilização e reembolso; Anexo 3 – Documentação de garantia, anexos à informação com o número 79, da Unidade Orgânica de Contratualização e Património, datada de dezoito e maio de dois mil e doze, -----

----- A Câmara, analisada a minuta supra mencionada deliberou, por unanimidade, aprová-la [e dar poderes ao senhor presidente para outorgar o respetivo contrato de financiamento. -----

**----- 28. ARRUAMENTOS EM VÁRIAS ALDEIAS – RELATÓRIO – ADJUDICAÇÃO FINAL:**

- A Câmara, analisado o assunto e atenta ao relatório elaborado pelos serviços deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada do “Arruamentos em Várias Aldeias”, à sociedade INERTIL – Sociedade Produtora de Inertes, Lda., pelo montante de vinte e quatro mil e setenta e cinco euros (€24.075,00) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**----- 29. CONSTRUÇÃO DE ETAR’S E FOSSAS COMPACTAS – S. PEDRO, VILAR SECO E BRUNHOSO – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO:**

- Foi presente um pedido apresentado pela empresa Arnaldo Amador & Filhos, Lda., a solicitar uma prorrogação de prazo da empreitada de “Construção de ETAR’s e Fossas Compactas – S. Pedro, Vilar Seco e Brunhoso”, pelo período de trinta dias, motivada pela indisponibilidade de alguns terrenos, nomeadamente em São Pedro e Brunhoso. -----

----- A Câmara, analisado o assunto e tendo por base a a informação da Unidade Orgânica de Infraestruturas Equipamentos e Ambiente, deliberou, por unanimidade, conceder uma prorrogação legal de trinta dias. -----

**----- 30. TABELA DE TARIFAS E PREÇOS MUNICIPAIS QUE INTEGRA O REGULAMENTO DE APLICAÇÃO E COBRANÇA E TABELAS DE TARIFAS E PREÇOS MUNICIPAIS. INFORMAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E AMBIENTE:** - Foi apresentada a informação da Unidade Orgânica de Infraestruturas, Equipamentos e Ambiente, com o número 27/2012, de vinte e um de maio, cujo teor a seguir se transcreve: -----

*----- “Foi publicado no Diário da República II Série, n.º n.º 9, de 17 de Maio de 2012, a Tabela em epígrafe, com entrada em vigor no dia seguinte após a sua publicação. -----*

*----- A Câmara Municipal aprovou a contratação de uma empresa, cujo contrato foi celebrado em 17 de Abril de 2012, para efetuar duas leituras reais por ano (meses de Junho e Dezembro), sendo que nos restantes meses se consideravam leituras estimadas face ao consumo médio de cada munícipe, face ao ano anterior. -----*

*----- A Leitura real prevista por utente para o mês de Junho, pretende atualizar os consumo e proceder aos respetivos acertos, para mais e para menos, conforme os casos. -----*

*----- Face a estes acertos, a aplicar os preços publicados, estaríamos a fazer uma aplicação retroativa dos mesmos, uma vez que sendo uma leitura média estimada, não se saberia em que mês se consumiu determinado volume de água. -----*

*----- Assim perante o exposto somos de opinião de que os preços constantes na tabela publicada no Diário da República acima identificado entrem em vigor para o 2.º semestre do presente ano, com data a partir de um de Julho.” -----*

*----- A Câmara, analisado o assunto deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra identificada e autorizar que os preços constantes na tabela publicada no Diário da República II Série, n.º 96, de 17 de maio, entrem em vigor para o 2.º semestre do presente ano, com data a partir de 1 de julho. -----*

**-----31. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS-OS-MONTES – PORTARIA N.º 106/2012, DE 18 DE ABRIL. FINANCIAMENTO DA AVALIAÇÃO GERAL DE PRÉDIOS URBANOS:** - Foi presente uma comunicação proveniente da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes referente à portaria supra referenciada a solicitar se vai ou não requerer uma

providência cautelar de suspensão da eficácia das normas relativas ao financiamento da avaliação geral de prédios urbanos. -----  
----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, não requer qualquer providência cautelar da suspensão da eficácia das referidas normas. -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia oito de maio e o dia vinte e um de maio na importância de um milhão, cento e cinquenta e cinco mil, cento e um euros e quinze cêntimos (€1.155.101). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o Senhor Presidente encerrado a reunião pelas dez horas e cinquenta minutos, de que para constar se lavrou a presente ata que eu, António Luís Moreira, coadjuvado pelo Assistente Técnico Paulo Jorge Ribeiro Salomé, redigi e subscrevi. -----

